

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O sexto dedo

GARO BATMANIAN

O anúncio das taxas de desflorestamento da Amazônia serviu para duas coisas. Em primeiro lugar, pôs fim a uma guerra de números e especulações. Além disso, mostrou que a situação é crítica: nos dois primeiros anos do governo Fernando Henrique Cardoso, desmataram-se 47 mil km², área maior que o Estado do Espírito Santo.

O monitoramento do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) funciona como um termômetro: mede a febre do paciente. A febre do desflorestamento parece estar baixando, e isso é uma boa notícia. O problema é que, quando a febre de um paciente cai de 42°C para 41°C, ele pode morrer logo depois, já que a temperatura normal de um ser humano é 36,8°.

Não conhecemos uma "temperatura normal" para o desflorestamento na Amazônia. Mesmo se ela existisse, não poderia atingir o tamanho de um Estado da Federação a cada dois anos.

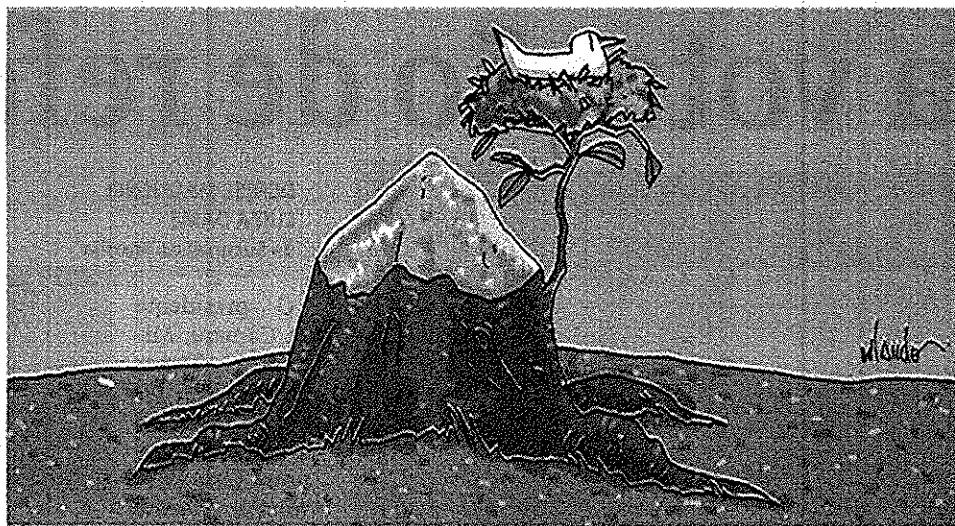
Para a febre há remédios, mas, até aqui, temos visto pouco mais que analgésicos. De tempos em tempos, alguém anuncia uma grande operação para coibir os infratores. Isso gera imagens na TV, mas não basta, segundo o próprio governo, para conter o desflorestamento. Relatório da Secretaria de Assuntos Estratégicos indica que 80% da madeira oriunda da Amazônia é de origem ilegal. Segundo o Ibama, 28% das queimadas registradas em Mato Grosso em 1996 não tinham autorização.

Também não sabemos ao certo as causas da febre. Termômetros servem apenas para mostrar as consequências, e o monitoramento do Inpe não é exceção. Por que, afinal, o ano de 1995

registrou o recorde histórico de desmatamento da Amazônia, superando até os índices alarmantes dos anos 80? Esse é o debate que de fato interessa.

O que falta nas explicações oferecidas pelo governo é reconhecer que a questão ambiental depende de outras políticas setoriais. Todas as nossas ações afetam o ambiente que nos cerca. Essa regra básica parece funcionar no mundo todo, menos na Esplanada dos Ministérios. Resultado: a cada dois ou três anos, assiste-se a um ritual, com a área ambiental do governo tentando responder por ações que, em parte, estão fora da sua responsabilidade.

A taxa de desflorestamento se acelerou em função de políticas econômicas e sociais. Não que elas tivessem sido concebidas com esse intuito, mas seus efeitos colaterais não foram considerados, principalmente na área ambiental.



As atuais regras da reforma agrária estimulam proprietários rurais a converter áreas de florestas em sistemas agropecuários, para evitar o aumento de impostos (principalmente depois do novo Imposto Territorial Rural) e o risco de desapropriação.

Dos 55,4 mil km² usados para a reforma agrária neste governo, 76% ficam na Amazônia. Desse total, 23,7 mil km² tiveram o desmatamento autorizado. Mas há mais de 185 mil km² de áreas desmatadas e abandonadas na Amazônia. Bastaria que o governo priorizasse a ocupação das áreas já desmatadas para que a reforma agrária deixasse de ser feita às expensas do meio ambiente. Estaria eliminada uma das causas do desflorestamento. A legislação do ITR também precisaria ser revista.

As altas taxas de juros desestimulam o grande proprietário de obter empréstimos para financiar sua produção. Já os pequenos agricultores, que sempre tiveram poucas opções de crédito, seguem descapitalizados.

Assim, a natureza acaba substituindo os bancos oficiais e privados. É nela que o pequeno e o grande produtor vão buscar capital. Uma madeira paga R\$ 5 por árvore. O valor é irrisório diante dos lucros que ela gera daí em diante. A madeira "limpa" a área e a entrega pronta para a queimada.

Cada vez que isso ocorre, a febre do nosso paciente sobre. Mas isso não importa para o agricultor, que obtém recursos para o plantio e economiza no preparo da área. Quando a mata acaba, ele vai buscar capital em outra região.

Esse quadro poderia ser modificado se o governo finalmente implementasse o Protocolo Verde e modificasse o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

O primeiro foi lançado em 1995, como um mecanismo de financiamento a juros diferenciados para empreendi-

mentos com menor impacto ambiental. Sua implantação estaria completa em dois anos. Na prática, não entrou efetivamente em vigor. O Pronaf poderia ser adequado à realidade amazônica, financiando sistemas agroflorestais e de manejo florestal sustentável.

Várias dessas medidas foram propostas pela área ambiental do governo, mas esbarraram na pouca receptividade de ministérios como o da Fazenda e o de Política Fundiária.

A área ambiental também contribuiu para a situação atual, especialmente devido a políticas descoordenadas e à falta de fiscalização sistemática. A relação madeira/fazendeiro só existe porque o Ibama emite uma licença de desmatamento para o fazendeiro — mesmo para aqueles que possuem áreas desmatadas e subutilizadas.

O objetivo da licença é autorizar a abertura de áreas para agricultura e pastagens, mas seu uso real é "esquentar" o corte da madeira. Para o madeireiro, é mais simples e barato do que solicitar uma autorização oficial para cortar madeira. Esta requer, ao menos em teoria, uma série de salvaguardas para a floresta, além de não culminar necessariamente na queimada.

A fiscalização inadequada é fruto da falta de recursos para um plano de ação a longo prazo. Em 1997, o orçamento do Ministério do Meio Ambiente foi de R\$ 674 milhões, ou 0,3% do Orçamento da União. Só 10% (R\$ 67 milhões) foram alocados em programas ligados à conservação e ao manejo sustentável dos recursos naturais. A maior parte foi destinada ao custeio e à construção de açudes. As perspectivas para 1998 não são melhores, uma vez que o orçamento do MMA sofreu um corte de 29%.

O que se espera é que o governo, consultando a sociedade, defina um plano-mestre para o desenvolvimento da Amazônia, em bases social e ecologicamente adequadas, adapte as diferentes políticas setoriais a esse plano e invista os recursos necessários para sua implementação contínua a longo prazo. Se Deus deu ao homem duas mãos, por que só usar cinco dedos?